

***Cogito antropagógico* e formação humana no pensamento de Manuel Ferreira Patrício (1938)**

Luís Miguel dos Santos Sebastião

Centro de Investigação em Educação e Psicologia

Universidade de Évora

lmss@uevora.pt

Resumo

Pode descrever-se todo o esforço e o percurso intelectuais de Manuel Ferreira Patrício, nascido em Montargil em 1938, professor de todos os graus de ensino, que se aposentou como reitor da Universidade de Évora, como a tentativa de definir o humano por sob e por sobre os seres humanos concretos e, sobretudo, por pensar, e procurar realizar a formação desses humanos na plenitude da sua humanidade. Mas onde se gera, para onde se orienta e como se energiza esse processo? Naquilo que o nosso autor chama o *cogito antropagógico*, que define como o olhar primordial de cada um sobre si próprio, onde o sujeito reconhece a distância que vai do ser existente, daquele que está a ser, ao ser essente, aquele que almeja ser. A educação, o processo concreto e substantivo da formação humana é, então, o construir da ponte entre esses dois níveis do ser.

Palavras-chave: educação; homem; cogito antropagógico; personalismo

1. Introdução

Manuel Ferreira Patrício, nascido na aldeia alentejana de Montargil em 1938, é um insigne pedagogo que, aposentado há alguns anos por força da passagem do tempo, continua a pensar, a escrever e a espalhar por sobre os que se interessam pela educação em Portugal a força tenaz das suas ideias. Graduado pela Escola do Magistério Primário de Évora em 1959, licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1966 e doutorou-se em Ciências da Educação, na Especialidade de Filosofia da Educação, na Universidade de Évora, em 1984. Exerceu o seu magistério em

todos os graus de ensino e concluiu a sua vida de servidor público como Reitor da Universidade de Évora¹.

Qualificar o nosso autor como pedagogo não é, de modo algum, e em nenhum quadro comparativo possível, apoucá-lo o que quer que seja. Na senda de Wilhelm Dilthey e do seu discípulo Eduard Spranger, considera que é na Pedagogia que a Filosofia plenamente floresce e se cumpre². Diz explicitamente: “A filosofia é *weltanschauung* e, como tal, interpreta o espírito da época; pertence à pedagogia pôr esse espírito em prática. A pedagogia é, pois, o fim último, o *telos* da filosofia, que naquela se cumpre” (Patrício M. F., 1986, p. 41). Na verdade, o problema da formação humana não é, para Manuel Ferreira Patrício, como também não era para o seu Mestre Manuel Antunes, “um problema ao lado de outros, não é um problema particular: é *o problema*. Um problema que não pode sofrer delongas; um problema que só pode ser resolvido graças à mediação da acção” (Antunes, 1973, p. 46). Maurice Blondel, para quem a Acção é central na existência humana – central, necessária e irrecusável – ressoa explicitamente nesta referência. E Manuel Patrício sublinha-o quando, num texto que dedica ao pensamento pedagógico do jesuíta português afirma: “educar e educar-se é agir. É agir sobre o cerne do próprio homem; é promover, não-promover ou despromover a humanidade do homem naquele homem que é o educando” (Patrício M. F., 1985). A educação é, portanto, a acção em que o homem³ se toma a si mesmo como objecto, como meio e como fim desse agir. Vê-se, assim, que a educação não é uma acção qualquer. Regressando a Manuel Antunes, ela “é uma espécie de acção. Uma acção – ousemos defini-la – instauradora e

¹ Não nos deteremos mais, no âmbito deste texto, na apresentação do *Curriculum Vitae* de Manuel Ferreira Patrício. Apesar disso, quem estiver interessado em procurar informação complementar encontrará-la-á com facilidade se se socorrer de um qualquer motor de busca na internet.

² O autor refere-se à afirmação de Dilthey que praticamente abre a sua *Historia de la Pedagogia: “la floración y fin de toda verdadera filosofía es la pedagogia en su mas amplio sentido, como teoria de la formación del hombre”* (Dilthey, 1968, p. 11). Manuel Ferreira Patrício precisaria: como teoria e como prática da formação do homem (Patrício M. F., A Disciplina de Teoria da educação, 1986, p. 41)

³ Seria expectável que se usasse, num esforço de tornar a linguagem mais inclusiva, alternativas à palavra “homem” para referir o conjunto dos seres humanos. No entanto, porque a ocorrência da palavra é frequente nas citações que fazemos de escritos de Manuel Ferreira Patrício, resolvemos manter esta formulação, grafando-a, inclusivamente com letra minúscula, como faz o nosso autor.

promotora de valores” (Antunes, 1973, p. 39). É, portanto, finalizada. Visa realizar um determinado modelo de humanidade axiologicamente determinado.

Mas onde se origina, o que energiza e como se orienta o agir educativo? Este texto trata de tentar pôr à vista as vias pelas quais Manuel Ferreira Patrício procurou encontrar respostas para estas questões, ou pelo menos aproximar-se delas. Procuraremos fazê-lo mantendo-nos tanto quanto possível colados às próprias palavras do pedagogo o que, se tem a desvantagem de saturar o texto de citações, reduzirá o risco de ver aqui desvirtuado o seu pensamento.

2. Antropagogia e Antropologia

Nos finais da década de 70 do século XX, Pierre Furter propunha que se substituísse a palavra *pedagogia* pela palavra *andragogia* como meio de designar não apenas a educação das crianças, mas a “ciência da formação dos homens”. Procurando reagir a esta proposta, Manuel Ferreira Patrício, depois de mostrar o quão desadequada era a escolha da palavra, contrapôs que, a haver alguma substituição, essa deveria ser pela palavra *antropagogia*⁴. Antropagogia que ele define como “uma teoria e uma prática da construção do homem, ou da formação do homem, ou da actualização do ser (essência) do homem” (Patrício M. F., 1984, p. 42).

Não se pode sobrestimar a importância desta afirmação para a compreensão do pensamento antropagógico do autor que estamos a tratar. “Se se aceita, como eu aceito – diz ele – que há uma essência do homem, isto é, que o homem é de si qualquer coisa, tal aceitação impõe imediatamente limitações mais ou menos drásticas” (Patrício M. F., 1984, pp. 42-43). Naturalmente que se existe uma essência humana, a construção do humano não se pode fazer a partir de modelos completamente subjectivos e arbitrários, “quer essa arbitrariedade e subjectividade sejam as de um homem, de uma classe, de um Estado, de uma época histórica, de uma cultura, de um filosofia, de uma religião” (Patrício M. F., 1984, p. 43).

⁴ Para informação mais detalhada sobre o conceito e a sua história, consultar o verbete Antropagogia que Manuel Ferreira Patrício escreveu para o *Dicionário de Filosofia da Educação*, coordenado por Adalberto Dias de Carvalho e editado pela Porto Editora em 2006

A consequência necessária deste entendimento essencialista da natureza humana é a de que toda e qualquer acção educativa só se pode projectar e realizar no espaço amplo de uma Antropologia Pedagógica, desdobrada, forçosamente, em uma Antropologia pedagógica descritiva e uma Antropologia pedagógica normativa. A primeira “deve dar-nos o homem no seu ser presente, defectivo, fruste, contudo perfectível” e a segunda deve dar-nos “o homem na sua pura essência, o modelo acabado da sua plenitude de homem e da sua perfeição” (Patrício M. F., 1984, p. 44) e é naturalmente a distância entre a condição existencial, concreta e presente das pessoas e a sua idealidade que se trata de cobrir com a acção educativa.

Esta especificação, porém, não esclarece nem como se fixa e fundamenta o modelo ideal de perfeição e plenitude humanas que a educação deve realizar, nem que energética suscita e alimenta esse esforço de aperfeiçoamento de si e do outro.

A primeira questão permanecerá, para sempre, em aberto. Kant formulou-a com clareza solar, mas a sua análise ficou, no entendimento de Manuel Patrício, aquém do desejável. Na verdade, à pergunta “o que é o Homem”, formulada pelo filósofo de Königsberg, formula duas críticas: “a primeira é que a pergunta radical que se deve fazer a respeito do homem não é sobre *o que ele é*, mas sobre *quem ele é*” e a segunda diz respeito ao facto de que a pergunta verdadeiramente essencial a fazer não é tanto sobre o que é, ou mesmo quem é o homem, mas sobre “*o que fazer dele, como formá-lo, como fazer do homem/pessoa que pode ser o homem/pessoa que ele deve ser*” (Patrício & Sebastião, 2004, p. 11).

Tudo se joga, portanto, no que concerne o viver uma vida verdadeiramente humana entre os três vértices de um triângulo. A saber, entre o ser humano que eu sou, na verdade que estou a ser, o ser humano que posso ser e o ser humano que devo ser. Manuel Ferreira Patrício exprime-o de modo sublime num pequeno texto publicado em 2006 na revista *Itinerários de Filosofia da Educação*, com um título *Reflexões preliminares sobre os limiares éticos e antropológicos da educação contemporânea*. Trata-se de um texto quase críptico, de intensa beleza, que se procurará apresentar muito sucintamente.

Começa por afirmar que pelos limiares se entra, mas também se sai. Porém, em qualquer caso, o limiar é a fronteira que separa o dentro do fora. Assim sendo, o limiar da ética é o ponto de passagem para dentro da ética que é, no limite, para dentro da existência propriamente humana. Na verdade, depois de definir ética como a reflexão sobre “a forma e o modo de ser do Homem a ser”, afirma que “o Homem é *sendo* ou, melhor, [...] o Homem é *a ser*, o Homem é *Homem a ser*” (Patrício M. F., 2006, p. 20). Formulação magnífica que remete simultaneamente para a existência temporal e para o ser em porvir. Em rigor, para o ser ainda e sempre *por vir*. Já o limiar antropológico “é o ponto em que o animal humano se inaugura ser humano” (Patrício M. F., 2006, p. 21). E quando confronta os limiares éticos com os limiares antropológicos e a educação contemporânea, acaba por concluir de um modo que se afigura ser uma síntese quase perfeita do seu programa antropagógico:

O primado da vida humana só pode ser, só pode ser porque só *deve ser*, o cumprimento plenificador do ser humano [...] . Porque o homem não se limita a viver: os animais vivem, o Homem alça-se ao plano da existência. A educação/cultura, a paideia, é o próprio caminho do Homem para a existência. (Patrício M. F., 2006, p. 23)

Não vale a pena escamotear que persiste uma dificuldade maior. Expressões como formar o humano na plenitude da sua humanidade, ou promover a plena actualização das suas potencialidades, com que frequentemente se vê referida a finalidade última da educação persistem como proposições sem sentido ou, no mínimo, não operacionalizáveis. Talvez por isso, a máxima délfica conhece--*te a ti mesmo*, ou a instância de Píndaro ou Nietzsche para que nos tornemos nós próprios, frequentemente tematizadas por Manuel Patrício, são autorreferenciadas, como que a recusar a possibilidade de uma qualquer heterodeterminação da essência humana, sem que isso corresponda, de alguma maneira á sua negação⁵.

⁵ Esta aparente contradição prefigura um fascinante programa de investigação e seria muito interessante aprofundá-la, mas isso escapa, naturalmente, ao âmbito deste texto. Ainda assim, só como pista, referir que se estabelecem consensos alargados, com base nas mundividências e nos sistemas de crenças, em torno das finalidades últimas da educação. Entenda-se, em torno do modelo de humanidade pelo qual devemos pugnar.

3. Cogito Antropagógico

Depois de se ter considerado a questão da possibilidade de se estabelecer substantivamente o modelo de perfeição e plenificação da pessoa humana, atentemos na segunda questão que aqui se recorda: que energética suscita e alimenta esse esforço de aperfeiçoamento de si e do outro?

O mito do Andrógino, que Platão regista n' *O Banquete* pela boca de Aristófanes, testemunha a nossa experiência fundamental enquanto seres humanos: a experiência de uma falta no momento primigénio da nossa constituição como sujeitos. Experiência básica de uma falta que nos condena a sermos sempre sob o signo da carência: “sou/somos, de modo carecido: *careo, sum – carentes sumus*”, diz João Oliveira Branco (Formosinho & Branco, 1997, p. 254), para quem esta experiência de se ser de modo carenciado é “muito mais primordial que o cartesiano *cogito, sum*” (Formosinho & Branco, 1997, p. 254)

No acto de cortar ao meio esses seres fantásticos, de dois rostos, quatro mãos e quatro pés, Zeus originou em cada uma das metades a eterna ausência do outro. Desde então, cada um de nós, marcado por essa perda original, está condenado a viver no anseio de, no encontro com o outro, reconstituir a unidade inicial. Unidade impossível, porque a emergência do outro, em tudo idêntico a mim, nunca poderá tornar-se eu mesmo. Porque é a presença da ausência do outro em mim que me constituiu como eu mesmo.

A este problema da relação entre o mesmo e outro, a mesmidade e a alteridade, e da sua relação com a formação humana, dedicou Manuel Ferreira Patrício páginas muito iluminadoras num texto de 1998, que nos guiará praticamente até ao fim da reflexão. Depois de uma análise detalha dos conceitos, pergunta-se se o discurso sobre a mesmidade, a identidade e a diferença tem algum alcance filosófico-pedagógico. A resposta é, naturalmente, positiva. Vejamos porquê. Afirma a dado momento:

“A identidade pressupõe, pelo menos, [...] dois entes que se afirma serem idênticos. A mesmidade não só não supõe esses dois entes [...] como elimina completamente qualquer ideia, [...], de pluralidade [...]. A mesmidade é a propriedade que tem um ente de ser ele e não outro. Assim, na identidade há alteridade, porque os entes idênticos são outros uns em relação aos outros, não o mesmo ente. Aquele ente que é em-si e para si, que é subjectivo e reflexivo, que é sujeito e

também o seu objecto, serve-se da consciência da sua identidade para se reconhecer o mesmo em todos os actos de reconhecimento da identidade. A identidade é, para ele. Meio de reconhecimento da mesmidade” (Patrício M. F., 1998, pp. 91-92)

Começando por aplicar ao que chama o real concreto o resultado da análise teórica que realizara anteriormente, Manuel Patrício apresenta o caso de gémeos homozigóticos que, sendo geneticamente *absolutamente idênticos* (o superlativo e o sublinhado são dele mesmo) não são o *mesmo*, estabelecendo assim o facto, para além de qualquer dúvida razoável de que “uma coisa é a identidade e outra coisa a mesmidade. Ser idêntico é diferente de ser o mesmo” (Patrício M. F., 1998, p. 92). Acontece que, se acompanharmos no tempo os nossos gémeos, verificaremos neles mudanças inexoráveis. Mudarão quer os comparemos, cada um consigo mesmo, ou os comparemos entre si. E, paradoxalmente, cada um mudará permanecendo o mesmo.

Quando considerada em relação às mudanças que o tempo inflige nos entes, a diferença instaura “não um *outro*, mas *outro modo de ser o mesmo*. Só em relação à identidade a diferença instaura, realmente, o outro, outro ser” (Patrício M. F., 1998, p. 93).

Munido desta instrumentação conceptual, o nosso autor põe-se a considerar a educação nas suas finalidades e nos seus actores para confirmar que “ A educação é educação do homem: na sua universalidade, enquanto espécie, na sua generalidade, enquanto humanidade actual; na sua particularidade, enquanto membro de comunidades humanas concretas [...] na singularidade de cada pessoa” (Patrício M. F., 1998, p. 94). Todos os homens, enquanto tal, quer sejam considerados à escala da espécie, ou da humanidade, ou das diferentes comunidades humanas, são idênticos entre si, sendo que cada um deles é *ele mesmo*. Na educação, o que deve prevalecer? O idêntico, ou o mesmo? O nosso autor não tergiversa:

na educação, à identidade sobrepõe-se absolutamente a mesmidade, pois toda a totalidade humana é constituída por singularidades pessoais [...]. O sujeito da educação é o mesmo que cada qual é em si e para si e é desta mesmidade que nasce a identidade do mesmo consigo e com os outros (Patrício M. F., 1998, p. 94)

Analisada a questão da identidade e da mesmidade, pergunta-se Manuel Patrício: “Onde está, no mesmo que é o sujeito educativo, a diferença, raiz da alteridade?”.

A pessoa que cada um de nós é emerge no momento em que se descobre a ser. Em que toma consciência de si. E tomar consciência de si é ver-se a ser. É quando, mesmo que o não saiba ainda formular em linguagem formal, se percebe a si própria como sujeito, como *eu*, e quando esse eu se vê a si próprio a brincar, e se descobre a si próprio como sendo dois. O menino que brinca e o menino que se vê a si próprio a brincar⁶.

Este olhar primordial, fundante, “instaura a diferença original: entre a pessoa- -em-si e a pessoa-para-si”. Acontece que “este olhar não é meramente constata vivo, mas judicativo ou axiológico” Isto é, “a pessoa vê-se a si própria enquanto é e enquanto vale, vê-se no seu ser e no seu valer” (Patrício M. F., 1998, p. 94). Mas há uma diferença assinalável entre a pessoa que vê e a pessoa que é vista. A pessoa vê-se e sente-se, como se disse acima, carente, fruste, defectiva, imperfeita mas perfectível. À experiência deste olhar instituinte de quem eu sou e de quem eu quero ser, chama Manuel Ferreira Patrício *cogito antropagógico*.

A pessoa ama-se a si própria. É só porque o amor de si é inquestionável que o essencial do decálogo se resume ao imperativo de amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo⁷ (Sebastião, 2008). Mas “a pessoa ama--se como se intui no vidente e não como se vê no visto. E este amor de si leva cada um a querer plasmar a pessoa que sente que é, na pessoa que está a ver”. E é assim que se instaura o trabalho educativo, no plano psicológico, mas também social, que “visa eliminar a diferença entre o modo de ser do visto

⁶ Brincava a criança/ com um carro de bois/ viu-se brincando e disse/ eu sou dois. Devo a referência do poema de Fernando Pessoa, de que aqui se transcreve uma quadra, ao próprio Manuel Ferreira Patrício, em 1979, que explorava este poema nas suas aulas de Teoria da Educação. Os seus comentários ao poema estão registados no curso que escreveu para os seus alunos (Patrício M. F., 1984)

⁷ Esta afirmação pode soar estranha em tempos que assumem que a missão essencial da educação é assegurar as condições de auto-expressão e de promoção da auto-estima. (Fukuyama, 2018); (Sommers & Satel, 2005). Naturalmente que há situações em que feridas narcísicas mais resolvidas inviabilizam um funcionamento psíquico equilibrado. Mas o decálogo, e também o mito de Sísifo, parecem asseverar que o amor de si está garantido

e o modo de ser do vidente. Tal trabalho intenta modificar o modo de ser daquele, reconduzindo o mesmo à perfeita, plena unidade de si” (Patrício M. F., 1998).

O facto de sabermos que esse trabalho é inesgotável não lhe reduz em nada o significado ou a premência. Essa ânsia de ser mais, de ser melhor, que radica no fundo mais profundo da experiência existencial de cada homem, é a fonte de onde brota incessantemente, desde que a humanidade tomou conta de si, o esforço educativo (Sebastião, 2008, pp. 404-405).

“O sentido radical da educação é, pois, o regresso à mesmidade do sujeito educativo rompida pela diferença modal posta a descoberto no olhar original daquele” diz o nosso pedagogo (Patrício M. F., 1998, p. 95)

4. O sentido da formação humana

Para Manuel Ferreira Patrício é muito importante enfatizar o facto de que a educação é uma especificidade humana e do humano. Afirma que os vegetais se seleccionam, se melhoram ou se pioram que os animais para além disso se amestram ou adestram, mas que só os humanos se educam. “Só o homem é sujeito verídico de educação e o que no processo educativo está em causa não é este ou aquele aspecto do homem, do ser e do existir do homem, mas o ser do homem, ele mesmo, na sua integridade” (Patrício M. F., 1998, p. 95).

Porém podemos adjectivar o homem de muitos modos. Como o homem que se ergue bípede, ou que realiza a técnica, o que sente, o que deseja, ou que fala, ou que sabe, ou que sabe que sabe. Ora, é absolutamente essencial para o nosso autor clarificar quem é o homem a formar.

Quem é o educando: o indivíduo? o sócio? ou a pessoa?

Indivíduo, etimologicamente, é aquilo que não se pode dividir, que é indivisível, que é isolável dos outros sendo capaz de manter a sua estrutura. Por isso, o indivíduo “é uma absoluta solidão face a qualquer outro indivíduo [...] só tendo que ver consigo e nada tendo que ver seja com o que for para além de si. Eis porque o indivíduo é inevitavelmente egoísta” (Patrício M. F., 1998, p. 96). No entendimento que tem do indivíduo humano, Patrício considera que este “diz *eu*. E ao dizê-lo instaura no mundo uma linha infranqueável, uma dualidade absoluta: é ele e o mundo, é ele contra o mundo, é todo o mundo para ele”. O

indivíduo é o equivalente a um *buraco negro cosmológico* capaz de engolir toda a realidade à sua volta e, no fim, de se engolir a si mesmo. “O indivíduo é, pois, aquele cuja essência consiste em instaurar o absoluto do não-ser, instaurando no acto derradeiro o seu próprio não ser” (Patrício M. F., 1998, p. 96). O homem-indivíduo não pode, pois, ser o sujeito da educação.

Poderá ser o sócio? O sócio é o constituinte da sociedade e os humanos são, por definição, animais sociais. Sem essa estrutura, sem a partilha de recursos suportada pela comunhão de interesses, a humanidade há muito teria perecido. Mas, em contraposição ao indivíduo, o sócio não tem verdadeiramente a possibilidade de uma existência autónoma. Ele existe em função da estrutura em que se integra. A identidade do sócio é instrumental. Ele só difere dos outros sócios na medida necessária á sua especialização funcional na estrutura.

Essa é a essência do facto social: todo o indivíduo se despoja da sua individualidade para poder ser elemento constituinte da sociedade. O sócio é o homem expropriado [...] de individualidade. O sócio é o homem idêntico ao outro homem, esvaziado da diferença individualizadora (Patrício M. F., 1998, p. 96)

Acresce que as sociedades humanas são múltiplas, diversas e conjunturais. O sócio é-o sempre de realidades que existem aqui e agora, mas que não existiam ontem nem existirão amanhã. O sócio está destituído da essencialidade e da universalidade necessárias ao projecto educativo. Por isso, também não é ele, o sócio, o sujeito da educação. “Porque o sujeito da educação tem de reunir em si ao mesmo tempo a singularidade do indivíduo e a universalidade do homem-espécie” (Patrício M. F., 1998, p. 96).

Então, haverá alguma entidade que preencha os requisitos necessários para ser sujeito da educação, para ser, verdadeiramente, educando? O nosso pedagogo acha que sim. Que essa entidade é *a pessoa*, definida por Boécio como *substância individual de natureza racional*. Manuel Patrício diz que “nesta definição encontramos explicitamente referidas a individualidade (do indivíduo) e a universalidade (da razão, definidora do homem enquanto espécie” (Patrício M. F., 1998, p. 97).

O pensador de Montargil é claramente um pensador personalista, zeloso da grande tradição do pensamento personalista e essencialista do século XX.

Revisitaremos, para concluir esta sucinta, e naturalmente insuficiente apresentação do pensamento do pensador transtagano, um texto de circunstância, escrito para efeitos de um concurso académico em 1986. Trata-se do relatório *intitulado A disciplina de Teoria da Educação*, em edição da Associação de Estudantes da Universidade de Évora de que foi Reitor.

Tendo enfrentado com destemor a dificuldade de definir pessoa e personalismo, e na senda de Jean Lacroix, diz “chamo personalistas aos que, na esteira de Kant, defendem a eminente dignidade da pessoa humana”.

Colhendo da história do pequeno século XX, como lhe chamou Eric Hobsbawm, a lição das consequências do individualismo e do socialismo extremados, Manuel Patrício afirma que “só uma límpida filosofia da pessoa pode garantir, no domínio do pensamento, a eminente dignidade da pessoa humana” (Patrício M. F., 1986, p. 78).

No seu entender, pensar a formação humana a partir de uma perspectiva personalista obriga a um profundíssimo compromisso com a liberdade e o respeito pela mesmidade dos sujeitos. Porque para ele a educação

tem de ser de facto o processo de despertar das pessoas, de apelo profundo ao ser autêntico de cada pessoa. Para sermos rigorosos, não diremos que compete à educação fazer, ou formar, pessoas, mas sim induzir o auto-movimento de personalização em cada pessoa a que o apelo e a interioridade educativa são dirigidos. (Patrício M. F., 1986, p. 78)

Num tempo histórico em que se vai assistindo a um recrudescimento de tendências protecionistas e de pendor totalitário, é útil recordar esta profunda convicção que Manuel Patrício exprimia, corajosamente, no fim da década de 70 do século XX quando a tentação totalitária ainda palpitava em muitos actores políticos portugueses: “a perspectiva pedagógica de raiz personalista é intrinsecamente anti-totalitária. Com efeito, a pessoa é esmagada por toda a modalidade de totalitarismo existente ou concebível (Patrício M. F., 1986, p. 78).

Referências

- Antunes, M. (1973). *Educação e Sociedade*. Sampedro.
- Dilthey, W. (1968). *Historia de la Pedagogía*. (L. Luzuriaga, Trad.) Buenos Aires: Editorial Losada.
- Formosinho, S., & Branco, J. O. (1997). *O brotar da criação. Um olhar dinâmico pela ciência, a filosofia e a teologia*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Fukuyama, F. (2018). *Identidades. A exigência da dignidade e a política do ressentimento*. (M. F. Costa, Trad.) Lisboa: D. Quixote.
- Patrício, M. F. (1984). *Teoria da Educação*. Évora: Universidade de Évora.
- Patrício, M. F. (Outubro de 1985). Notas sobre o pensamento pedagógico de Manuel Antunes. *Brotéria - Cultura e informação*, pp. 50-62.
- Patrício, M. F. (1986). *A Disciplina de Teoria da educação*. Évora: Edição da AEUE.
- Patrício, M. F. (1998). A diversidade como condição de possibilidade da identidade. Em A. D. Carvalho (Ed.), *Diversidade e Identidade. 1ª Conferência Internacional de Filosofia da Educação* (pp. 91-99). Porto: Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Patrício, M. F. (2º Semestre de 2006). Reflexões preliminares sobre os limiares éticos e antropológicos da educação contemporânea. *Itinerários de Filosofia da Educação*(4), pp. 19-23.
- Patrício, M., & Sebastião, L. M. (2004). *Conhecimento do mundo social e da vida. Passos para uma pedagogia da sagesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Sebastião, L. (2008). *Educar com sentido. No horizonte de Teilhard de Chardin*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Sommers, C. H., & Satel, S. (2005). *One Nation Under Therapy. How the helping culture is Eroding Self Reliance*. New York: Saint Martin's Press.

Abstract

Manuel Ferreira Patricio was born in Montargil in 1938, and he taught at all levels of schooling (primary schools, high schools and university). He ended his career as rector of the University of Évora. You can describe his intellectual work of a lifetime as the attempt to define *the human* beneath and above concrete human beings. But, overall, to plan and realize the formation of

these humans towards the fullness of their humanity. A question remains: this process of human education, where is it generated, where is it oriented and how is it energized? It is in what our author calls the *anthropagogic cogito*, which he defines as the primordial gaze of each one at himself. In this gaze, the subject recognizes the distance that goes from the existing being, from the one who is being, to the being he longs to be. Education, the concrete and substantive process of human formation, is then to build the bridge between these two levels of being.

Keywords: education; human being; cogito anthropagogic; personalism